

CARTA DE INTENÇÕES

INSTITUTO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

O **Instituto de Relações Governamentais ("IRelGov")**, criado com o objetivo de elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões éticos de profissionais de relações governamentais, de modo transparente e informativo à sociedade brasileira, adota, conjuntamente aos seus associados, os seguintes princípios norteadores:

Legitimidade

- Defendemos a legitimidade do intercâmbio de informações entre os setores privado e público no Brasil, cujo exercício é essencial a qualquer governo que almeja a tomada de decisões informadas em prol do interesse público.
- Acreditamos que a tomada de decisões justas e informadas deve considerar informações de diversas partes interessadas da sociedade, que devem ser consultadas de modo a produzir políticas governamentais equitativas.
- Entendemos que as relações governamentais são parte necessária e legítima do processo político democrático.
- Reconhecemos que as empresas estão dentre os principais interlocutores no debate de políticas públicas, incluindo as agendas tributária, regulatória, ambiental, social, de política industrial e *compliance*.
- O profissional de relações governamentais é legítimo e essencial à formação de decisões no setor público.

Legalidade

- As relações governamentais no Brasil estão pautadas na liberdade de expressão e de associação, previstas na Constituição Federal.
- O profissional de relações governamentais deve reger sua conduta com observância à legislação brasileira, devendo zelar pelos deveres e responsabilidades democraticamente impostos, bem como ter conhecimento pleno das leis, regimentos e demais atos normativos que tenha qualquer relação com as atividades desenvolvidas.

Transparência

- Prezar pela transparência nas relações governamentais, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações sobre o comportamento ético e responsável dos profissionais de relações governamentais associados. O **IRelGov** disponibilizará dados e informações que permitam a avaliação dos efeitos sociais das atividades realizadas.

Boas Práticas

- Desenvolver e divulgar a todas as partes interessadas um programa ativo e contínuo de aperfeiçoamento técnico e ético de relações com as pessoas e entidades públicas ou privadas envolvidas nas atividades realizadas por profissionais de relações governamentais associados.
- O profissional de relações governamentais deve comunicar-se de forma clara, fundamentada, eficaz e adequada com o setor público, a fim de se promover a necessária convergência entre os interesses da empresa representada e o interesse público.

Condutas Reprováveis

- O **IRelGov**, em observância às normas vigentes, entende como reprováveis as seguintes condutas:
 - a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público;
 - b. Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na legislação; e
 - c. Atuação como interposto de pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
 - d. Qualquer ato que atente contra o patrimônio público ou privado, nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
 - e. Toda e qualquer prática de corrupção, facilitação, tráfico de influência ou informação, inclusive sigilo não justificado, além de quaisquer atos que fomentam a recorrência de práticas ilegais e antiéticas.

Divulgação

- Reconhecendo a importância da formação ética, técnica, responsável e transparente dos associados que atuam na área de relações governamentais, com base nos princípios acima pontuados e na troca de boas práticas do mercado, o **IRelGov** visa:
 - a. Promover atividades formação e profissionalização, com foco na atuação estratégica e com base em interesses legítimos a serem representados, dos agentes mediadores da comunicação entre o setor privado e público;
 - b. Geração de conteúdo, troca de experiências, discussões, elaboração e divulgação de estudos;
 - c. Divulgar com clareza e transparência informações sobre a carreira e atuação dos associados que trabalham na área de relações governamentais, visando a conscientização da importância de seu papel na sociedade brasileira.
 - d. Ressaltar que o profissional de relações governamentais dedica-se ao preparo, estudo e comunicação sobre a legislação, o desenvolvimento de discussões legislativas, trabalho em coalisão com partes cujos interesses são convergentes, fornecimento de informações a oficiais públicos e empresários acerca das implicações das decisões tomadas, dentre outras atribuições essenciais à tomada de decisões no setor público.